

“Não é que eu não aprovo.”¹

Tatiana Schwochow Pimpão

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

tatianapimpao@furg.br

Resumo. *O princípio da regra variável é claro: para duas formas serem consideradas variantes de uma mesma variável, é necessário ter o mesmo contexto e o mesmo valor de verdade. Ainda que muitas pesquisas sociolinguísticas se enquadrem nesse pressuposto, fenômenos sintáticos, discursivos e pragmáticos enfrentam resistência de alguns teóricos e exigem do pesquisador uma decisão: estender a noção de significado ou reduzi-la. Ambas as alternativas implicam discussões: estendendo noção de significado, temos, de fato, regra variável? Reduzindo o significado, não perdemos alguns dados?*

Abstract. *There is no doubt about the variable rule principle: two forms are variants of a single variable if they share de same context and the same truth value. Although many sociolinguistic searches fall this assumption, syntatic, discursive and pragmatic studies face resistance from some theoretical and require a researcher's decision: extend the notion of meaning or reduce it. Both alternatives involve discussions: when we extend the meaning, do we still have variable rule? Reducing the meaning, don't we lose some data?*

Palavras-chave: regra variável; subjuntivo; “não é que (porque)”

1. Regra variável laboviana

O trabalho clássico de WEINREICH, HERZOG & LABOV (1968) tem o mérito de desvincular homogeneidade de estrutura. Até então, o estruturalismo preservava a homogeneidade lingüística vista sob uma perspectiva sincrônica, caracterizando o sistema como abstrato, fechado, estático, imanente, sob o qual pairava o componente social, percebido, apenas, na diacronia, i.e., entre estágios de sincronia. O fator social ficou obscurecido no cenário da lingüística estrutural, que concebia a uniformidade do sistema lingüístico.

¹ Dado de um dos informantes (FLP 21, L0294).

A incorporação do componente social ao sistema redimensiona os estudos lingüísticos em direção à correspondência sistemática entre língua e fatores sócio-culturais. Variabilidade e sistematicidade não são mais conceitos que se excluem, pois, com a introdução do conceito de variável lingüística, o sistema passa a ser regulado por regras variáveis. Com os estudos sociolingüísticos, as dicotomias saussurianas desaparecem, não havendo mais divisão binária entre *langue* e *parole* e entre sincronia e diacronia. Dados reais de fala constituem fonte de identificação da regularidade da língua e, mesmo na sincronia, é possível perceber estágios diacrônicos da variação (WHL², 1968; LABOV, 1972b).

Ainda que LABOV (1972b) inclua a variação na *langue* e conceba a comunidade de fala e não o indivíduo como fonte de dado, compartilha com Saussure e Chomsky, respectivamente, a posição de abordar a estrutura abstrata do sistema lingüístico. Assume a existência de regras no sistema, mas não são regras livres, como queria Saussure, nem regras categóricas, como previa Chomsky. O princípio da regra variável laboviana é um desenvolvimento da regra chomskyana: admite que, sendo condicionadas por fatores, não são categóricas. LABOV (1972a), tencionando sistematizar a variação, propõe uma regra variável que pode ou não se aplicar.

Mesmo que a regra variável de Labov seja uma retomada da regra lingüística da gramática gerativa padrão, não deve ser com esta confundida. Enquanto a regra categórica de Chomsky gera toda e qualquer sentença da língua, a regra variável estende a noção de competência lingüística sob um tratamento quantitativo. Embora ambos sejam esquemas abstratos e formais, Chomsky prevê um modelo lingüístico para a sintaxe e Labov prevê um modelo que atribui sistematicidade ao caráter heterogêneo do vernáculo e trata a frequência das variantes (1972a).

A seguir, reproduzindo LABOV (1972a: 93-101), é apresentada a expressão formal da regra variável (1b), derivada da regra categórica chomskyana (1a).

(1) a. $X \rightarrow Y / A_B$

b. $X \rightarrow (Y) / A_B$

1a apresenta uma expressão formal, caracterizada por uma instrução categórica, em que X sempre reescreve-se por Y. Essa instrução contrasta com o caráter opcional da regra variável, formalizada em 2b, cabendo aos parênteses descreverem um sistema lingüístico em que uma regra pode ou não ser aplicada. O termo opcional não deve ser associação à noção de variação livre saussuriana, sob pena de implicar um retorno à condição de variação aleatória.

Como o objetivo da regra variável é contemplar o componente social na análise lingüística, é natural que os primeiros estudos labovianos evidenciassem essa correlação. Prova de que os fenômenos fonológicos são sensíveis aos condicionamentos sociais pode ser encontrada em algumas pesquisas desenvolvidas na década de sessenta, como o estudo da centralização dos ditongos (ay) e (aw) na ilha de Martha's Vineyard e o da variável /r/ na cidade de Nova Iorque (LABOV, 1972b).

² WHL constitui uma maneira de fazer referência aos autores do *Empirical foundations for a theory of language change*: WEINREICH, HERZOG & LABOV.

A partir do trabalho clássico desenvolvido por WEINER & LABOV (1983), o princípio da regra variável passou a ser discutido, princípio esse que afirma duas formas serem variantes da mesma variável desde que compartilhem o mesmo contexto e o mesmo valor de verdade³. Como os autores analisam a covariação entre passiva sem agente como forma alternante para ativa com pronome generalizado, não é consenso que sejam formas variáveis. Nesse estudo, as variáveis externas foram sucessivamente eliminadas e, por essa razão, a pesquisa suscitou o debate, posteriormente travado, entre LAVANDERA (1977) e LABOV (1978).

Como crítica a esse trabalho, LAVANDERA (1977) ressalta o fato de variáveis sociais não serem relevantes em estudos não-fonológicos. Em resposta, LABOV (1978) afirma que a discussão levantada pela autora remonta ao período inicial dos estudos sociolinguísticos, em que o objetivo era evidenciar a motivação social da língua em uso. Reforçando a réplica, o autor diz que, desde 1968, a análise variacionista tem também se interessado por restrições internas, que podem indicar mais informações sobre a gramática.

Uma segunda crítica de LAVANDERA (1977) refere-se à exigência do mesmo significado, uma das propriedades da regra variável. A autora defende que as unidades acima do nível fonológico têm, por definição, significado. Por fim, se a pesquisa sobre a passiva sem agente não demonstrou motivação social, então o fenômeno não se caracteriza como uma variável sociolinguística. Como resposta, LABOV (1978) reconhece a possibilidade de isolar as variantes de mesmo significado e não diferencia variável linguística de variável sociolinguística.

A posição de LAVANDERA (1977) aparece, de certa forma, na visão defendida por BENTIVOGLIO (1987), no momento em que esta autora sugere a renúncia aos estudos além da fonologia por não haver identidade de contexto de uso. A visão de LABOV igualmente encontra seguidores. PAREDES (1993) diz que, embora os estudos atualmente não se identifiquem tanto com o trinômio da abordagem laboviana clássica (fenômeno morfo-fonológico, variáveis sociais, perspectivas da mudança linguística), ainda assim os estudos são sociolinguísticos. Além da língua em uso ser examinada, de um corpus ser constituído, há, ainda, a busca pela sistematicidade da variação e pela quantificação das variáveis sociais e internas.

SILVA & SCHERRE (1996) também seguem a abordagem laboviana, ainda que tenham desconsiderado quatro trabalhos na publicação do livro, pois, por terem sido desenvolvidos em uma linha mais discursiva, não correspondiam à perspectiva clássica laboviana de correlacionar variáveis sociais ao fenômeno linguístico.

2. Delimitando a regra variável

Em PIMPÃO (1999), discuto quatro possibilidades para tratamento da análise entre o presente do modo subjuntivo (PS) e o presente do modo indicativo (PI); dessas, apenas uma impede a aplicação da regra variável.

³ Assume-se as expressões “mesmo valor de verdade” e “mesmo significado” como sendo sinônimas.

A primeira possibilidade aproxima-se da visão normativa (BUENO, 1963; CUNHA, 1978; BECHARA, 1980; CEGALLA, 1981). Segundo tais gramáticos, a categoria morfológica de modo verbal, inerentemente, traduz um valor atitudinal. Nesse sentido, a morfologia do modo subjuntivo carrega o valor nocional de incerteza sobre a realização de um fato e a do indicativo, de certeza dessa realização. Na perspectiva apresentada nas gramáticas, a presença da desinência é condição necessária e suficiente para a identificação da atitude do falante. Alguns manuais ainda prevêm o emprego de ambos os modos verbais em um mesmo contexto, entretanto um valor atitudinal independente permanece intrínseco ao paradigma flexional do subjuntivo e do indicativo⁴.

Na segunda possibilidade, ainda que valores atitudinais específicos sejam associados aos modos verbais, conforme prescreve a tradição normativa, o princípio da regra variável não é afetado. O contexto de ocorrência de subjuntivo e de indicativo é o mesmo, bem como há identidade de significado, pelo menos em um nível primário. Ao mesmo valor representacional é acrescido um valor nocional: incerteza para subjuntivo e certeza para indicativo. Entretanto, essa alternativa implica um pressuposto que deve ser considerado: o valor atitudinal mantém-se inerente ao paradigma de modo, sendo estabelecido *a priori*.

Para a terceira possibilidade, o valor nocional de incerteza desloca-se da morfologia flexional de modo subjuntivo para outras estratégias lingüísticas, como o advérbio *talvez*, verbos deônticos (querer, esperar, desejar, exigir), verbos epistêmicos (acreditar, pensar), conjunções subordinativas (para que, antes que, até que). Ainda assim, mesmo que a categoria de modo não implique um valor atitudinal inerente, há um grau associado ao subjuntivo [+ incerteza] e outro associado ao indicativo [- incerteza].

Na quarta possibilidade, defendida no presente trabalho, as propriedades da regra variável são preservadas, considerando que as variantes – PS e PI – covariam no mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. Assim, seguindo parte da alternativa anterior, retira-se a noção de incerteza da categoria morfológica, que passa a ser traduzida por outras estratégias lingüísticas, mas acrescenta-se que o emprego das formas variantes deve-se não mais a um valor atitudinal ou a graus de incerteza, mas a determinados fatores, sociais e/ou internos, que as condicionam.

Para essa última possibilidade, vale resgatar a formalização da regra variável laboviana, $X \rightarrow (Y) / A_B$, assim traduzida: dada uma noção de incerteza, expressa por X, formas alternantes são permitidas, por isso o Y entre parênteses. Nessa interpretação formal da regra, o mesmo significado não mais constitui uma variável formal, como presença ou ausência de marca de plural [s], mas consiste em uma informação veiculada pelo contexto multiproposicional em que o dado se encontra.

⁴ Alguns gramáticos admitem que tanto o modo subjuntivo quanto o modo indicativo podem ocorrer em frase com o advérbio *talvez* e o conector subordinativo *embora*. Ainda assim, a morfologia flexional de modo permanece traduzindo valor incerteza, no caso do subjuntivo, e valor de certeza, no caso do indicativo.

3. Metodologia

Como fonte de coleta de dados, utilizou-se o Banco do Projeto VARSUL, que dispõe de amostras representativas da variedade lingüística urbana de quatro cidades de cada estado da região sul do país, estando os informantes estratificados em sexo (masculino e feminino), idade (14-24, 25-50, acima de 50) e escolaridade (primário, ginásio e colegial).

Para o presente estudo, variáveis sociais bem como condicionamentos internos não foram contemplados por dois motivos: primeiramente, porque a proposta é discutir a validade da regra variável em fenômenos discursivo-pragmáticos como o que ora se apresenta. Em segundo, até mesmo a aplicação de um tratamento quantitativo⁵ não seria possível, considerando o número pouco expressivo de dados: 31 ocorrências⁶ de “não é que (porque)” de falantes florianopolitanos.

4. Discutindo a regra variável: análise de dados

Na seção 3, assumi serem as duas formas – PS e PI – variantes de uma mesma variável, compartilhando, portanto, o mesmo contexto e o mesmo valor de verdade. Ainda nessa seção, especificamente na quarta possibilidade, caracterizei o mesmo significado como sendo o valor de incerteza. Entretanto, nos dados a seguir, ainda que possamos observar a covariação de PS e PI, as propriedades da regra variável não são preservadas. Conforme será discutido, a noção de incerteza parece não se fazer presente, pelo não o sentido encontrado nas gramáticas normativas⁷.

Em PIMPÃO (2000: 719-724), esses mesmos dados, e outros ainda, são analisados sob o escopo da negação, seja descritiva⁸, seja metalingüística (cf. CARSTON, 1998). Por negação metalingüística entende-se a propriedade de rejeitar uma inferência derivada pragmaticamente pelo ouvinte ou de antecipar uma possível inferência do ouvinte para cancelá-la. No primeiro caso, o falante retoma a crença do ouvinte com o propósito de refutá-la; no segundo caso, o falante atribui uma crença ao ouvinte e, antes que este possa aceitá-la ou não, o falante anula-a. Segundo LEVINSON (2007: 142), *uma inferência é anulável se é possível cancelá-la acrescentando algumas premissas adicionais às premissas originais*.

Vejamos alguns exemplos.

(1) Ele dorme à tarde, de manhã ele faz alguma coisa. Ele é muito parecido com o pai dele, né? gosta de cuidar do jardim, né? Não é que ele seja caprichoso, ele

⁵ Para maiores esclarecimentos acerca dos condicionamentos internos e sociais no estudo da variação entre presente do modo subjuntivo e presente do modo indicativo, conferir PIMPÃO (1999).

⁶ Essas ocorrências fazem parte de um total de 319 dados de variação entre PS e PI com outras estratégias lingüísticas codificadoras de um valor de incerteza (PIMPÃO, 1999).

⁷ Segundo CUNHA (1978: 254-5), o modo subjuntivo expressa *um desejo, apresenta o fato como possível ou duvidoso*; e o modo indicativo traduz *o fato de um modo real, certo, positivo*.

⁸ Nesse trabalho, a negação descritiva não será abordada (cf. CARSTON, 1998; PIMPÃO, 2000).

não é nem um pouco, mas ele gosta de estar mexendo pra cá, pra lá, assim. (FLP 04, L0659⁹)

No trecho acima, a informante, ao comentar sobre seu filho, cita, como uma de suas características, o fato de gostar de cuidar do jardim. Possivelmente por atribuir uma inferência ao ouvinte, de que, gostando de cuidar do jardim seu filho poderia ser considerado caprichoso, mantém o turno de fala e cancela essa inferência, dizendo *não é que ele seja caprichoso*. Observa-se que, entre os interlocutores, há, ou pressupõe-se que haja, um conhecimento compartilhado. Essa propriedade da negação de romper com uma expectativa atribuída ao ouvinte emerge na interação, na troca de informações.

A seguir, um outro exemplo.

(2) ENT.: Mas assim, essa idéia não te diz nada, a valorização da mulher, o homem que manda na mulher?

Mas eu acho, assim, não é porque o homem é o tal, é o machão, né? mas desde que eu me criei, começando por aqui pela minha casa, o homem sempre é o que grita mais, né? (FLP 12, L0630)

Nesse trecho, o informante previne-se de uma possível reação do ouvinte, e essa prevenção não se justifica pela fala do entrevistador, mas por um conhecimento compartilhado de que o homem manda na mulher. Percebe-se que o entrevistado, antes mesmo de responder, cancela a inferência atribuída ao ouvinte de que, por estar ciente de que o homem grita mais, o homem é machão.

Os dois trechos seguintes exemplificam uma situação de retomada da fala do ouvinte.

(3) ENT.: Ah, ah, a senhora gosta de política, então?

Não é que eu gosto de política, eu gosto, assim, de ver como é que está a política, né? essas coisas aí que a gente está escutando todo dia, aí. (FLP 15, L0135)

Em (3), considerando um comentário anterior da informante, o entrevistador infere que ela gosta de política. Nesse caso, a inferência não é atribuída pelo falante, mas resgatada da fala do próprio entrevistador. Retomando-a, o falante cancela essa informação e tem condições de esclarecer sua opinião sobre política.

(4) ENT.: Não aprova seitas.

Não, não é que eu não aprovo, eu acho que cada um deve fazer aquilo que gosta e que entende que é o certo. Então eu respeito todas as demais, seja ela que tipo for, eu acho cada um deve ter a liberdade de decidir o que é que quer fazer. Agora, deve fazer bem feito. (FLP 21, L0294)

(4) apresenta uma situação semelhante à anterior. Há uma inferência presente na fala do entrevistador, originada da própria organização discursiva elaborada pelo falante, inferência essa por ele negada posteriormente.

⁹ O Banco de Dados do Projeto VARSUL utiliza este código na identificação da cidade de origem do informante (FLP – Florianópolis), do número da entrevista (04) e da linha do dado (0659).

A discussão dos trechos 1-4 evidencia a ausência do traço de incerteza, no sentido tradicionalmente associado ao modo subjuntivo, i.e., incerteza sobre a realização de um fato; há mera suposição, hipótese, conjectura. Cabe, nesse momento, refletir sobre duas opções: ou alargar a noção de mesmo valor de verdade, para que os dados analisados possam ser considerados na pesquisa, ou manter a noção de incerteza como mesmo significado, ainda que, para isso, esses mesmos dados tenham que ser descartados. Essa questão coloca novamente em pauta a validade dos princípios da regra variável para fenômenos além do âmbito fonológico, não porque fatores sociais não sejam atuantes (WEINER & LABOV, 1983), mas porque fenômenos discursivo-pragmáticos como o da variação PS e PI exigem que os limites do mesmo significado sejam revistos e avaliados. Essa discussão certamente não é inócua, principalmente por centrar-se em um dos pilares da teoria laboviana: a noção de regra variável.

5. Revendo a regra variável

Até o momento da pesquisa, decidi manter o valor de incerteza como o mesmo significado para as variantes PS e PI. Nesse sentido, optei por redefinir a própria noção de incerteza, e não a noção de mesmo significado da regra variável. Com essa nova abordagem, o conceito de incerteza não só expressa um fato como duvidoso, possível, hipotético, mas também uma interpretação duvidosa, possível, hipotética.

Nos dados (1) e (2), o falante antecipa-se e atribui uma inferência ao ouvinte, cancelando-a. Ele toma essa decisão, porque julga que sua organização discursiva pode sugerir uma incerteza, levando a uma interpretação (inferência) equivocada. Por exemplo, em (1), a informante, antes mesmo que o ouvinte possa inferir que seu filho é caprichoso, interpretação possível a partir do comentário de que ele gosta de cuidar do jardim, explicita a hipotética inferência, anulando-a. Nessa situação, o falante avalia a condução de seu próprio discurso e, mantendo o turno de fala, aproveita e remodela-o. Note que a incerteza não está no fato *gostar de cuidar do jardim*, mas, sim, em sua interpretação.

Em (3), o entrevistador, a partir da orientação discursiva da informante, tem dúvidas acerca de sua própria inferência derivada pragmaticamente, derivada na negociação comunicativa. Por não estar certo de que compreendeu corretamente a informação da informante, lança a pergunta *Ah, ah, a senhora gosta de política, então?* Nesse instante, a entrevistada percebe que seu discurso gerou incerteza quanto à interpretação do entrevistador. Observe que, nessa situação, o entrevistador não tem incerteza quanto aos fatos mencionados pela informante, mas sua interpretação desses fatos é incerta.

A situação exposta em (4) mostra que o informante não percebe seu discurso como passível de uma interpretação incerta e ainda mostra que, a partir dele, o entrevistador explicita sua inferência. Nesse caso, o informante provavelmente repassa mentalmente seu discurso e observa que a forma como foi orientado permitiu uma interpretação que ele próprio não visualizou e com a qual ele nem mesmo concorda. A partir de então, tem condições de reorganizá-lo de modo a não possibilitar outras interpretações não desejadas.

6. Considerações finais

De fato, a aplicação das propriedades da regra variável aos estudos lingüísticos além da fonologia não constitui assunto tranqüilo, seja porque a variável passa a ser um valor, como a incerteza, e não mais uma forma, seja porque a noção de contexto tem que ser alargada, para um enunciado, por exemplo. De qualquer maneira, se isolarmos os contextos em que formas sejam variantes e se identificarmos um mesmo valor de verdade, é possível desenvolver um estudo variacionista, com quantificação de dados e condicionamentos de ordem social e interna, permitindo a sistematicidade da variação.

No estudo aqui apresentado, a noção atrelada ao modo subjuntivo é de incerteza, i.e., a ocorrência de um fato é considerada possível, hipotética, suposta. Entretanto, assumi o PS e o PI como formas variantes em um mesmo contexto com o mesmo valor de verdade, a incerteza. Nesse sentido, o valor de incerteza deixa de ser marcado na morfologia flexional de modo, conforme defendem os gramáticos, sendo deslocado para outras estratégias lingüísticas. Em função disso, PS e PI têm o mesmo significado.

A fim de manter o valor de incerteza como mesmo significado e a fim de considerar os dados com "não é (por)que" juntamente com demais dados em que PS e PI covariam (cf. PIMPÃO, 1999), decidi rever a noção de incerteza. Nesse sentido, a incerteza não significa mais somente a possibilidade de um fato acontecer, mas passa a designar situações em que há uma dúvida, uma possibilidade, não necessariamente acerca de fatos futuros. O falante pode expressar incerteza sobre fatos, como *Desejo que o CelSul tenha êxito*, em que o sucesso do evento pode ou não se realizar, sendo, portanto, incerto. A incerteza sobre fatos também pode ser percebida nos exemplos seguintes: *Talvez o CelSul, em 2010, seja sediado no Paraná* e *Acredito que o CelSul é um evento de expressão nacional*.

Com a extensão da noção de incerteza para interpretações decorrentes da orientação discursiva do falante, os dados (1) ao (4) passam a ser analisados sob o escopo do mesmo significado, i.e., o valor de incerteza. O interessante dessa revisão conceitual é que esse valor desfaz-se no decorrer da situação comunicativa entre os interlocutores, ao contrário da incerteza sobre fatos, que poderá ser resolvida ou não, em um futuro mais ou menos remoto.

7. Referências bibliográficas

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1980.
- BENTIVOGLIO, Paola. A variação nos estudos sintáticos. Estudos Lingüísticos XIV, *Anais do Seminário do GEL*. Campinas: UNICAMP, 1987, (07-29).
- BUENO, Francisco da Silva. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963.
- CARSTON, Robyn. Negation, "presupposition" and the semantics/pragmatics distinction. Cambridge University Press. *Journal of Linguistics* 34, 1998, (309-350).
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa: com numerosos exercícios*. São Paulo: Nacional, 1981.
- CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares S.A., 1978.

- LABOV, William. Contraction, deletion, and inherent variability of the English copula – studies in the black English vernacular. In: *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972a.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1972b.
- LABOV, William. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. *Sociolinguistic Working Paper*, nº 44. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, 1978, (01-17).
- LAVANDERA, Beatriz. Where does the sociolinguistic variable stop? *Paper presented at Linguistic Society of América Meeting*. Chicago, 1977, (01-18).
- LEVINSON, Stephen. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- PAREDES, Vera Lúcia. A abordagem laboviana. *Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL*. Goiânia, 1993, (882-886).
- PIMPÃO, Tatiana Schwochow Pimpão. O escopo da negação e o modo subjuntivo. In: *Anais do Seminário do GEL*. São Paulo: 2000, (719-724).
- PIMPÃO, Tatiana Schwochow. *Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática*. Florianópolis: UFSC, 1999. Dissertação de Mestrado.
- SILVA, Giselle Machline de Oliveira e & SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- WEINER, Judith & LABOV, William. Constraints on the agentless passive. *Journal of linguistics*. 19(1), 1983 [1977], (29-58).
- WEINRECIH, Uriel; HERZOG, Marvin & LABOV, William. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P. & MALKIEL, Y. (eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.